



Ocupação decolonial por estudantes indígenas e quilombolas nas ações afirmativas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/Ceará

Antonio Ailton de Sousa Lima

Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, Ceará, Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-5696-2255>

Francisco Gleidison Cordeiro Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Redenção, Ceará, Brasil

<http://orcid.org/0000-0003-1400-7177>

Gabriela Silvestre de Castro

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Redenção, Ceará, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-0277-5665>

Merremii Karão Jaguaribaras

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Redenção, Ceará, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-1400-7177>

Davi Jerry Alves Melo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Redenção, Ceará, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-3701-2235>

José Freires Nascimento Neto

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Redenção, Ceará, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-2910-4888>

Ana Maria Eugenio da Silva

Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, Ceará, Brasil e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, Ceará, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-6121-7882>

Francisca Marleide Nascimento

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Redenção, Ceará, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-3131-8025>

Lauriane de Castro Nascimento

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Desenvolvimento Rural, Redenção, Ceará, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-5421-6830>

James Ferreira Moura Júnior

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará

<http://orcid.org/0000-0002-3048-9316>

As universidades são geralmente espaços embranquecidos, reproduzindo uma estrutura de conhecimento ocidentalizado fundada na colonialidade e nos epistemicídios de populações negras e indígenas (BELL, 2018), hierarquizando saberes (GROSFOGUEL, 2016). Destaca-se que o Ensino Superior brasileiro estava estruturado como espaço elitista e branco até a chegada das ações afirmativas, que modificaram o perfil das universidades (RISTOFF, 2014). Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), há 50,3% de estudantes negras e negros em universidades públicas. É importante salientar que os povos e as comunidades, tanto indígenas como quilombolas, ainda têm encontrado dificuldades para acessar o ensino no Brasil. As formas ainda incipientes de acesso são por programas específicos de ações afirmativas. No entanto, esses e essas estudantes encontram, geralmente, instituições hierarquizadas e reprodutoras de violências coloniais, necessitando resistir e elaborar estratégias decoloniais para a permanência nas universidades.

Nesse sentido, este artigo objetiva analisar as experiências de estudantes de graduação indígenas e quilombolas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Ressaltamos que a construção desse artigo se constitui de forma diferenciada, pois os estudantes indígenas e quilombolas, que geralmente são tratados como objetos de pesquisa (BELL, 2018), são autores e autoras desse trabalho. Queremos também denunciar que esse artigo foi negado por uma outra revista acadêmica da área de Antropologia da Universidade de Brasília que avaliou que nossa produção não era científica. Assim, buscamos realizar um tipo de ciência territorializada, corporificada e implicada com a vivência dos mesmos a partir de suas narrativas de vida universitária (CASTRO; MAYORGA, 2019).

Com base nessa perspectiva, a partir da vivência de estudantes indígenas e quilombolas, compreendemos a raça enquanto fruto de uma construção social estabelecida a partir de marcadores sociais da diferença (SCHWARCZ, 2019), definindo categorias classificatórias e representações sociais que exercem influências reais no mundo. Assim, a raça é “[...] uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial” (QUIJANO, 2005, p. 117), diferenças essas que se instituem a partir de cada grupo social, resultando em estereótipos e, conseqüentemente, em práticas discriminatórias, preconceituosas e violentas, bem como em hierarquizações e subordinações. Dessa maneira, a raça se constitui como elemento de diferença entre os sujeitos, oriunda de uma concepção moderna/colonial (GROSFOGUEL, 2016).

Mignolo (2010) aponta que a raça é uma criação colonial que passa a ser constituinte do sistema-mundo moderno que, em suma, inicia um processo de escolha e de seleção de uma série de características, classificando o sujeito dentro de um determinado grupo étnico e social. Ao discorrer sobre a lógica racial no Brasil, são colocados em pauta atravessamentos existentes que contribuem na construção de práticas de desigualdade social entre negros, indígenas e brancos. Desse modo, ao considerar as estruturas do colonialismo por meio de suas práticas de escravidão e de servidão com os povos originários e os povos africanos que foram transportados involuntariamente, nota-se que o território brasileiro se tornou mais um campo de atuação e de proliferação da colonialidade. Ou seja, o Brasil foi palco de epistemicídios e genocídios, tanto da população indígena e africana quanto de seus conhecimentos (GROSFOGUEL, 2016).

Diante disso, compreende-se que a colonialidade se baseia no processo de desumanização, de genocídio e de apagamento das populações negras e indígenas (MIGNOLO, 2017). Considerando os desdobramentos sociopolíticos do colonialismo, a colonialidade, em linhas gerais, distingue-se e resume-se em “[...] algo que transcende as particularidades do colonialismo

histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização” (ASSIS, 2014, p. 614). Estabelecer a distinção entre colonialismo e colonialidade permite compreender como se estabeleceu a continuidade das formas coloniais de dominação, que mesmo após o fim do período histórico e temporal que delimitou as aspirações coloniais continuam em movimento de reprodução das estruturas de poder e subordinação sobre os indivíduos.

No entanto, é importante situar que mesmo no sistema colonial ocorreram processos de resistência. Ou seja, são experiências e lutas cotidianas que produzem processos de consciência individual, coletiva e autodefesa, ocasionando, conseqüentemente, práticas de resistência(s), conforme pontua Moraes (2020). Ainda para o autor em questão, esses processos histórico-críticos resultam de injustiças sociais, de conflitos raciais, de exploração e de subalternização das relações de produção, das crises socioeconômicas, bem como da hierarquização de sociedades em classes. Gonzalez (1988) traz a resistência como parte da história do povo americano, tendo as mulheres negras e indígenas como agentes principais dessas rebeliões, das estratégias de resistências culturais e da criação de novas possibilidades de existência. Assim, as populações negras e indígenas resistiram e lutaram de diversas formas contra a violência colonial (LIMA, 2021). As revoltas e guerras indígenas foram constantes durante esse período, apesar de a narrativa eurocêntrica situar os povos indígenas de forma invisibilizada, a resistência e a agência indígenas são constituintes das trajetórias dessas populações (ALMEIDA, 2010). Igualmente, os quilombos foram espaços geográficos, culturais e simbólicos de existência e de resistência contra os avanços da escravização (GOMES, 2015). Nascimento (2018) reafirma isso ao pontuar que os quilombos são espaços simbólicos e geográficos de resistência e de constituição de uma nova organização societária baseada na justiça, nos conhecimentos afrocentrados, no sincretismo e na potência cultural. Dessa forma, compreendemos que a descolonização opera como uma estratégia de dismantlar a colonialidade de forma histórica.

É através de um posicionamento decolonial que se busca fazer e aplicar um conhecimento que confronte as estruturas estabelecidas que regulamentam privilégios (ATALLAH; DUTTA, 2021). A decolonialidade deve ser entendida como um ato de dismantelamento das forças coloniais ainda presentes por meio da colonialidade (MIGNOLO; WALSH, 2018). Ela deve ter por base uma atitude crítica frente à realidade constituída desses padrões, hierarquias e violências com origem na colonização (TUCK; YANG, 2012). As estratégias decoloniais passam, portanto, pela ruptura do pacto colonial de desigualdades e pelas criações de novas realidades com foco na esperança radical, no amor e na reflexividade crítica constante (ATALLAH, 2022). Entendendo o movimento de resistência e de afrontamento frente a tais adversidades, buscamos percorrer esse caminho a partir de uma postura política que se reverbera por meio de nossos corpos, de nossas vozes e de nossos escritos.

Assim, enquanto pessoas negras, quilombolas, indígenas e aliadas, nós, autores e autoras deste artigo, adotamos uma perspectiva fundada na realidade, no nosso território e na nossa história de luta, a partir de nossa realidade e dos marcadores que nos atravessam para discorrer sobre nossas experiências na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira no Ceará. Apresentamos nossas narrativas “[...] para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica” (RIBEIRO, 2017, p. 33). Nesse movimento, também evocamos, a partir da obra de Spivak (2010), a indagação que conduz sua obra: *Pode o subalterno falar?* Aqui, nos tornamos portadores e portadoras daqueles(as) pretos(as), indígenas e pobres que estão resistindo de outras formas. Desse modo, apontamos a encruzilhada que se estabelece a partir da nossa experiência individual em consonância com a experiência coletiva, sendo as mesmas determinadas pelas condições sociais (estruturais) que nos restringiu possibilidades de vida, bem como gozar de certas “liberdades”. Aqui, criamos contranarrativas para contar outras histórias de resistência que foram historicamente silenciadas no Ensino Superior (DUTTA; AZAD; HUSSAIN, 2021). Entendemos que as universidades podem

desencadear processos de resistência e de problematização da realidade, como desenvolvido por Paulo Freire e tantos outros(as) professores(as), mas a estrutura das universidades ainda se constitui de forma hierarquizada, colonial e violenta (BELL, 2018).

Com isso, destacamos que as políticas de ações afirmativas exercem um papel fundamental desenvolvido pelo Estado a partir das mobilizações coletivas para reparar essas reconhecidas desigualdades experienciadas historicamente pelas populações marginalizadas (CASHMORE, 2000). Salienta-se que as ações afirmativas têm um caráter temporário, com foco na extinção dessas desigualdades baseadas na discriminação e preconceito (BERNARDINO-COSTA, 2002). Elas buscam criar formas de acesso às oportunidades historicamente negadas para as populações negras e indígenas (JACCOUD; BEGHIN, 2002). O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento observa que as políticas afirmativas têm a capacidade de reduzir as desigualdades, sendo um dos meios da operacionalização do sistema de cotas (PNUD, 2005). Diante disso, entendemos que as ações afirmativas podem ser consideradas estratégias de ocupação de espaços historicamente ocupados pelos estratos embranquecidos sociais mais altos da sociedade brasileira e compreendemos que seu caráter deve ser permanente até que a igualdade de oportunidades seja realmente efetiva, ou seja, quando a colonialidade for realmente desmantelada. Enquanto isso não ocorrer, as políticas afirmativas podem ser compreendidas como essas brechas (WALSH, 2017) no sistema-mundo moderno-colonial estruturado na hierarquização de saberes e de vidas.

Por fim, entendemos que as desigualdades sociais estão inteiramente relacionadas com o racismo e a classe social, resultando, portanto, na exclusão e na negação do corpo negro, pobre e marginalizado, que precisa elaborar estratégias de resistências para a sobrevivência dos seus, de suas histórias, de sua identidade e de suas crenças. Mesmo em meio às vulnerabilidades, como destacam Madeira e Gomes (2018, p. 474), a população não branca “[...] criou e vem reinventando mecanismos de resistência para garantir sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que oferece ao Estado e à sociedade brasileira suas experiências como forma de construir coletivamente outra dinâmica de vida e ação política”. Salientamos, ainda, que a academia está sendo ocupada por aqueles(as) que sempre foram impedidos(as) de produzir conhecimento, o conhecimento de nossas vivências, e é nesse escrito que trataremos a história e a decorrência de fatos a partir de uma perspectiva intelectual racializada e classista, buscando orientação teórico-metodológica à luz de perspectivas decoloniais.

Com base nas lutas diárias e constantes, mencionamos um trecho da letra da música *Cota não é Esmola*, lançada em 2019, por Bia Ferreira¹:

Não deixe calar a nossa voz não!
Não deixe calar a nossa voz não!
Não deixe calar a nossa voz não!
Re-vo-lu-ção
Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai,
Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai

¹ Bia Ferreira é cantora, compositora, rapper, multi-instrumentista e costuma utilizar de técnicas neurolinguísticas para compor e facilitar a compreensão da sua mensagem pelo público.

Por uma forma de fazer ciência autoral

Torna-se necessário pontuar as aspirações vivenciais no que diz respeito ao nosso lugar de fala, bem como os marcadores sociais e identitários que trazemos em nossos corpos para, assim, alinhá-los conforme a perspectiva teórica adotada. Corroborando para a construção de uma ciência imbricada a partir de uma postura ética e política, esse escrito se concretiza com a finalidade de romper com um ideal de neutralidade. Acreditamos que “o conhecimento não tem como ser produzido de forma neutra, tendo em vista que as relações que ele tenta apreender não são neutras” (FRIGOTTO, 2008, p. 46). Partindo de uma perspectiva decolonial, a intenção é confrontar os modos de conceber ciência. Ou seja, essa pesquisa visa o que Mignolo (2010) conceitua como desobediência epistêmica, na qual temos a tarefa urgente de descolonizar o conhecimento científico moderno, sendo este geralmente, um instrumento de colonização. Adotar o movimento de decolonialidade é confrontar e afrontar as estruturas que nos são impostas social e academicamente, afinal, nós, quilombolas e indígenas, ao adentrarmos em espaços tidos como privilegiados, provocamos a desestabilidade da estrutura colonial.

Com subsídios na prática de Pesquisa Participante (BARBIER, 2002), tomamos o *sul* como direção (viés) de compreensão. Dessa forma, este estudo é uma busca pela captura, fugindo de uma lógica colonial, de sentidos que sejam repletos de experiência, de vivência, de senso comum e de ação. Fals Borda (2013) pontua que a Pesquisa Participante advém de algumas áreas das ciências humanas a fim de maior envolvimento com o campo. Schmidt (2006, p. 14), diante do termo participante, assinala que o mesmo “[...] sugere a controversa inserção de um pesquisador num campo de investigação formado pela vida social e cultural de um outro, próximo ou distante, que por sua vez, é convocado a participar da investigação na qualidade de informante, colaborador ou interlocutor”, ou seja, almejamos uma participação efetiva, e não uma perspectiva colonial sem a totalidade da vivência, das sensações e dos efeitos.

Nessa perspectiva, os(as) participantes da pesquisa também fazem parte da autoria deste artigo. Foram convidados(as) estudantes indígenas e quilombolas de uma universidade pública do interior cearense para apresentarem suas trajetórias e avaliações da universidade em que estudam em rodas de conversa. Feito isso, houve a participação, nas rodas e na construção desse artigo, de oito estudantes, sendo quatro indígenas e quatro quilombolas. Também há paridade de gênero, com quatro homens e quatro mulheres. As idades variam de 17 anos a 48 anos. Os(as) estudantes têm diferentes cursos de graduação, prioritariamente com formações vinculadas às Humanidades.

A fim de caracterizar a cidade onde a universidade está localizada, trazemos alguns elementos informativos para que se possa entender sua dinâmica. Localizada no interior do estado cearense, está a 60 km da capital do estado. A cidade é atravessada pela rodovia CE-060, mas esta não passa pelo centro comercial da cidade. Sua história é concebida em associação à cidade vizinha, que após o movimento abolicionista deixa de ser distrito uma da outra, emancipando-se politicamente em 15 de abril de 1987, data que passa a movimentar anualmente as festividades da cidade.

Desse modo, pontuamos que ao longo do processo de construção desse artigo ocorreram algumas interferências que mudaram o curso do mesmo. Atravessadas por uma pandemia global², as visitas ao campo foram reconfiguradas. Assim, realizamos rodas de conversa com os autores(as) indígenas e quilombolas regularmente matriculados(as) em cursos de graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Por conta da pandemia, as rodas de conversa foram realizadas pela plataforma Google Meet. Foram feitas perguntas para os(as) participantes da roda sobre suas experiências no Ensino Superior e as falas foram transcritas e analisadas para realização deste artigo. As análises foram realizadas a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD), oriunda do campo linguístico, a qual vai além da dimensão textual e contextual, abarcando a dimensão da Prática Social. Assim, concebemos o discurso como prática social relacionada aos conceitos de ideologia e de poder, ou seja, o discurso atua como um poder hegemônico (MAGALHÃES, 2001).

Travessias, violências e (r)existências de estudantes de graduação indígenas e quilombolas na UNILAB

Ao discorrermos sobre o ingresso de indígenas e de quilombolas no Ensino Superior no Brasil, mencionamos os editais específicos para as populações mencionadas como uma brecha de acesso a esses espaços. Walsh (2017) aponta que esta é uma possibilidade decolonial de romper com a estrutura fundamentada na colonialidade presente na sociedade. É a possibilidade concreta de mudança da realidade, como é possível observar a partir do relato de uma estudante indígena contemplada no edital mencionado:

A UNILAB é o espaço em que estamos atualmente e que passamos a ocupar. Foi de um dia desses para cá que os povos indígenas começaram realmente a ser lembrados na UNILAB, desde o edital para indígenas e quilombolas (Estudante, mulher indígena).

Os editais podem ser entendidos como essas políticas afirmativas de reparação. No entanto, eles não são, ainda, políticas de Estado, são políticas de gestão universitária. Embora estudantes indígenas e quilombolas tenham alcançado o acesso ao Ensino Superior com esses editais, destacamos que essas políticas de acesso são frágeis. Nesse sentido, citamos o exemplo de um edital da UNILAB, direcionado para as populações indígenas e quilombolas, que foi cancelado junto com o pioneirismo da inclusão de pessoas transexuais e intersexuais em vagas ociosas. Tal indeferimento despertou nos estudantes sentimento de indignação por essa perda momentânea de uma política de acesso. Sobre isso, uma estudante discorreu:

Eu acredito que, primeiramente, é necessário a volta do nosso edital que foi retirado na última gestão. O edital foi uma conquista nossa para que todos os quilombolas do Ceará tivessem direito a um curso em uma universidade pública e federal. Muitos nunca nem sonharam em ocupar esses espaços (Estudante, mulher quilombola).

2 A pandemia de Covid-19, tecnicamente denominada de “Sars-Cov-2”, se caracterizou por ser uma doença viral com altíssimo potencial de transmissão, desencadeando um quadro severo de infecção respiratória. Em casos mais graves e complexos levando os infectados a óbito, assim possuindo uma elevada taxa de letalidade.

Diante de uma dinâmica social colonizadora, destacamos o quão frágeis podem ser as políticas de reparação, pois não estão asseguradas de forma consolidada em virtude da manutenção de práticas de opressão e, conseqüentemente, de desigualdade e de exclusão. Doebber (2011) assinala que a ausência de ações efetivas, em prol de estudantes cotistas, tem sido uma grande dificuldade para a efetivação significativa das políticas de ações afirmativas. Assim, pontuamos que as próprias políticas de cotas devem ser revisadas. Além disso, a estrutura do Ensino Superior pode promover diversas violências baseadas na colonialidade contra os estudantes indígenas e quilombolas.

A colonialidade tem efeitos mais profundos e duradouros sobre as estruturas sociais e está enraizada na intersubjetividade, produzindo hierarquias e violência histórica (DUTTA, 2017; PITOMBEIRA et al., 2019). As populações indígenas e quilombolas sofrem com as consequências dessa colonialidade de forma ampla, mas também há especificidades para cada grupo, como aponta um estudante quilombola:

Os estudantes indígenas e quilombolas têm diversas necessidades diferentes, mas existem algumas necessidades que são bem parecidas. Por exemplo, em alguns pontos, os indígenas e os quilombolas são parecidos, em algumas demandas, mas em outros pontos se distanciam totalmente. É por isso que precisa de algo específico para um e algo específico para outro. Mas isso se deve ser discutido com cada grupo essas questões (Estudante, homem quilombola).

Uma outra dificuldade que se apresenta a partir da realidade dos estudantes indígenas cearenses se dá em virtude de não serem reconhecidos nessa identidade estereotipada das populações indígenas no Brasil. O próprio Estado brasileiro desenvolve políticas de apagamento e de questionamento das identidades indígenas, reproduzindo colonialidades estigmatizantes e violentas (BRIGHENTI, 2016). As universidades são instituições que geralmente se estruturam com base na colonialidade (CASTRO-GÓMEZ, 2007), buscando exterminar saberes não canônicos por meio de práticas ditas neutras e científicas (BELL, 2018). Em contrapartida, Silveira (2016) discorre que as identidades étnicas podem se criar, recriar e apropriar conforme a situação histórica do presente. Nesse sentido, apresentamos a narrativa de uma das estudantes indígenas:

O racismo estrutural e o racismo ambiental estão muito presentes no nosso cotidiano, dentro da UNILAB e em outros espaços sociais. Sofremos o racismo por não termos o fenótipo que se espera dos povos indígenas. Este fenótipo foi criado a partir dos estereótipos nortistas de um indígena que anda pelado com olhos puxados e com o cabelo liso (Estudante, mulher indígena).

Há um processo de reificação de uma identidade indígena fincada no passado, invisibilizando o dinamismo das comunidades indígenas (MARTÍNEZ, 2021). Existe um padrão normativo colonial que estipula como humano digno de respeito somente aqueles indivíduos com características de identidade hegemônica, baseadas na branquidade, na masculinidade heteronormativa e na riqueza (GROSFUGUEL, 2016; QUIJANO, 2005). Os próprios professores e estudantes podem reproduzir essa hierarquia de violência e de classificação, inferiorizando os(as) estudantes quilombolas e indígenas, como apresentado neste relato abaixo:

Outro momento triste que eu tive foi quando eu tive uma disciplina de expressões artísticas e contemporâneas que era para falar sobre arte e eu não apresentar minhas artes. O que meu povo faz é arte, artesanato é arte, as pinturas e os grafismos são artes, a música e a poesia são arte. Porém eu não pude apresentar, porque não tinha nenhum autor branco que dissesse que aquilo era arte.

Se eu chegasse assim no período de apresentação, eu iria perder dois pontos. Diante disso, eu me senti pressionada para falar de outra arte que já tinha referência bibliográfica. Eu fui obrigada a fazer isso e esquecer que a minha arte existia. Além disso, eu ainda ouvi discursos que diziam: “Vocês não conhecem a arte, porque não convivem com a arte”. E eu me considero uma artista que representa a arte e a linguagem do meu povo (Estudante, mulher indígena).

A partir disso, reiteramos que as teorias eurocêntricas exercem um papel de autopromoção, na qual se colocam enquanto centro político, concebendo seu conhecimento como universal, negando a existência e a contribuição de outras epistemologias no processo do desenvolvimento humano e social. Desvalidar ou deslegitimar outra epistemologia implica um privilégio epistemológico, em que “[...] outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva” (GROSGUÉL, 2016, p. 25), mas também mecanismos que privilegiam projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. As universidades são instituições que reproduzem esses padrões coloniais, podendo reproduzir classificações e hierarquias (CASTRO-GÓMEZ, 2007), como apresentado na fala de uma outra estudante indígena:

Apesar de fazer Humanidades, encontro professores racistas e homofóbicos dentro da UNILAB. Muitas vezes falam que o índio é bonitinho, isso e aquilo, mas, na prática, cadê as populações indígenas em suas múltiplas identidades? Eu já fui questionada na UNILAB se eu era mesmo indígena. Isso acontece constantemente. Todos os dias encontramos alguém que diz que você não é indígena. Eles dizem que nosso povo não existe e perguntam “de onde surgiu esse povo de Itapipoca - cidade do interior cearense - que não tinha e hoje tem?” Não é só dizer que é indígena. Você tem que provar dentro e fora do território. Em momento nenhum, na academia e nem em outro lugar, renegamos a nossa existência como Povo Tremembé de Itapipoca. Nunca deixamos nos levar pelo olhar que o branco tem sobre nós e sempre pautamos que somos indígenas. Sou mulher e estamos lutando constantemente (Estudante, mulher indígena).

A colonialidade é o fundamento de uma sociedade que fomenta e legitima o genocídio e a discriminação contra aqueles indivíduos localizados em identidades não hegemônicas (MBEMBE, 2018; WALSH, 2017). Há um processo de apagamento das referências indígenas e quilombolas na sociedade brasileira e na educação superior, como afirma uma das estudantes quilombolas fazendo uma referência a esse período da pandemia:

No mês de abril nós perdemos uma companheira de Tocantins, Fátima Barros, uma grande militante do movimento quilombola que teve sua vida ceifada pela COVID-19. Na semana seguinte, perdemos também um companheiro que foi muito importante para o nosso movimento. A partir disso, eu fiquei pensando que precisamos fazer alguma coisa sobre a memória. Quem tem direito à memória? Começamos a brigar por um espaço de memória na UNILAB, porque, apesar de ser uma universidade com muitos estudantes negros brasileiros, africanos, indígenas e quilombolas, é ainda uma estrutura sem referências a esses povos, muito branca (Estudante, mulher quilombola).

Neste sentido, mesmo com o avanço das políticas afirmativas, os negros e os indígenas continuam sendo alvos de preconceito e de discriminação, muitas vezes agravados pela intersecção com outros marcadores de diferença (AKOTIRENE, 2019; GRZANKA, 2018). Assim, a interseccionalidade se define pelo atravessamento de marcadores sociais e como estes produzem sujeições.

Dito isto, destaca-se que a interseccionalidade “[...] consiste no momento analítico e político de articular e entrecruzar essas diversas categorias (raça, classe, gênero) para compreensão das opressões e subalternidades” (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015, p. 185).

Quando eu cheguei na UNILAB com esse risquinho no queixo, professores e alunos olharam para mim e nem perguntaram se eu era indígena. Eles perguntaram que macumba eu fazia. Hoje eu estou simples, mas quem me conhece sabe que eu gosto de me pintar bastante e de me colorir por completo, pois eu me sinto muito bem assim e é uma forma de estar fazendo separações de certas energias. Além disso, primeiro diziam que eu não era indígena, mas que eu era algo diferente. Na minha vida acadêmica, eu escutei várias vezes que eu fazia parte de rituais malignos. Ainda hoje tenho dificuldades de me relacionar com os outros alunos, fico mais com os parentes mesmo. Os parentes indígenas sabem como a gente vive e vivem dessa forma também. O meu contato é muito tímido com as outras pessoas, devido a esses discursos. Eu me sentia muito ofendida, mas infelizmente eu sentia que eu não podia fazer nada. Eles me achavam diferente (Estudante, mulher indígena).

Há um processo de deslegitimação das trajetórias dos(as) estudantes indígenas e quilombolas na universidade. O preconceito tem uma base colonial (BANDEIRA; BATISTA, 2002), porque demoniza as religiões afro-indígenas brasileiras e por anular as trajetórias identitárias das populações indígenas por meio de uma classificação equivocada e generalizante (MARTINEZ, 2021). Assim, é essencial discutir estratégias para reparar essas violências e discriminações vividas pelas populações indígenas (CROSBY; LYKES, 2019) e quilombolas. É necessário avançar no questionamento da colonialidade presente nos processos de classificação desta violência. Através desta abordagem, estratégias decoloniais para a produção de conhecimento localizado e ações de reparação eficazes podem interromper esta espiral de opressão.

Grosfoguel (2016) pontua a necessidade de que outros povos tenham o privilégio epistêmico de tornar seus conhecimentos e suas práticas notórios. Ou seja, há a necessidade de visibilizar o lugar de grupos historicamente desumanizados. A própria concretude do corpo e as trajetórias de estudantes indígenas e quilombolas presentes nos espaços físicos da universidade já podem ser consideradas como atitudes decoloniais, porque eles estão a reescrever a história da produção de conhecimento com saberes que foram historicamente apagados e destruídos (MIGNOLO, 2010). Dessa maneira, nomear-se e situar-se na arena do conhecimento é um processo de resistência frente à colonialidade que invisibiliza trajetórias (MARTÍNEZ, 2021), como aponta a estudante a seguir:

Hoje, em algumas salas, quando estamos presentes e dizemos que somos indígenas, algumas pessoas lembram. Para isso, a todo instante estamos nos reafirmando e dizendo que estamos aqui: estamos nessa palestra, estamos nessa oficina, nós estamos presentes nesse momento e precisamos ser lembrados. Quando lembram de nós, percebem a diversidade de indígenas, quilombolas e negros. Temos pessoas de várias realidades e de vários contextos. Quando nós chegamos na UNILAB isso não era visto e nem lembrado. Precisamos estar a todo instante nos afirmando como indígenas e dizendo que merecemos estar nesse espaço acadêmico e isso não nos faz menos indígenas. É basicamente isso (Estudante, mulher indígena).

O falar pode ser entendido como processo de construção de existências a partir de memórias como uma prática existente em comunidades quilombolas (MELLO, 2009). Então, é por meio de uma existência dotada de sentido e de afetos que compartilhamos do posicionamento de Sawaia (2001, p. 98), para quem “[...] a afetividade nega a neutralidade de reflexões científicas sobre desigualdade social, permitindo que, sem que se perca o rigor teórico-metodológico, mantenha-se viva a capacidade de se indignar diante” das estruturas impostas. O processo de enunciação também pode sofrer apagamento e deslegitimação, mesmo na Universidade. Assim, os estudantes precisam manter vocalizadas as suas necessidades, conforme traz o relato seguinte:

No Ceará também tem problemas e conflitos por terras. Às vezes o conflito está acontecendo ao lado da sua comunidade e você nem está vendo. Antes do período de pandemia, passávamos pelos corredores e muitas pessoas não se atentavam que as problemáticas estavam ao lado delas: dentro da sala de aula, do intercampi e no R.U. É necessário gerar *insight* nas outras pessoas também para que elas levem essas reflexões para si e aprendam a respeitar e a ouvir. Por vezes, temos que forçar as pessoas a ouvirem o que temos a dizer, o que somos, o que queremos e o que de fato merecemos. A pessoa não quer ouvir e temos que insistir para que ela ouça. Isso é o mínimo que merecemos enquanto povo e enquanto terra e território. A UNILAB ainda tem muito o que mudar. Sempre vem com o discurso de que a UNILAB é uma nova e que ainda está em construção. A Humanidades já é antiga e parece que os problemas se tornam cada vez mais potentes e ainda mais dolorosos em nossos corpos e em nossas vidas. É necessário retirar determinados discursos e pensamentos de que é cedo para se fazer esses tipos de cobranças e movimento brigas na UNILAB. Não é cedo. Aliás, já é tarde (Estudante, mulher indígena).

Nesse sentido, precisamos estar nos reafirmando o tempo inteiro e dizer que a nossa luta é pelo nosso território e que nossos corpos são apenas cicatrizes do que já passamos; nos olhar no espelho hoje é acreditar e reforçar que somos cicatrizes, mas que a nossa história e a nossa origem não mudam por isso, pois estamos firmes e fortes e vamos lutar pela nossa identidade que é negada todos os dias (Estudante, mulher quilombola).

As políticas de reparação devem ser desenvolvidas com responsabilidade estatal, e a reparação deve ser concreta e simbólica de forma coletiva (CROSBY; LYKES; CAXAJ, 2016). A própria atuação conjunta é uma possibilidade de transformação das violências presentes no Ensino Superior, como um estudante aponta: “Outra coisa interessante também é que as populações quilombolas, que são de origem africanas, elas são bem mais próximas dos indígenas. E a gente percebe isso, porque a gente se articula junto. A gente tá lá todo mundo junto” (Estudante, homem quilombola). As políticas afirmativas de acesso real ao Ensino Superior para as populações indígenas e quilombolas podem ser as estratégias. De acordo com Crosby e Lykes (2019), essa política de reparação deve ser praticada diariamente com as populações historicamente afetadas pelas violências. Uma estudante indígena aponta como isso poderia ser desenvolvido:

Essa efetivação, ela só é possível em sincronia com gestores, professores e estudantes, a comunidade acadêmica e a comunidade do próprio indígena né? Que não só dos indígenas, comum de outros povos. Têm povos ciganos, têm povos de outros universos, né? A UNILAB, ela é um projeto muito lindo! A UNILAB é nossa, né? Isso é de fato! Agora têm muitas coisas que se devem ser pensadas de forma coletiva, a qual acontece com os povos indígenas, mas ainda de forma bem tímida (Estudante, homem indígena).

A reparação é uma busca de justiça com esforços e iniciativas concretas para recuperar a memória histórica (CROSBY; LYKES, 2019). A universidade poderia ser um espaço decolonial de abertura aos saberes das populações indígenas e quilombolas, reparando os epistemicídios desenvolvidos pela colonização e pela colonialidade a partir de iniciativas concretas, como é apontado por uma estudante indígena: “A gente não tem um espaço para fazer um ritual, entendeu? Os povos indígenas têm um ritual de encontro; Claro que isso não se resolve da noite para o dia, mas é algo para ser colocado. É algo para ser pensado e algo para ser construída a curto, médio e longo prazo” (Estudante, homem indígena).

Realizar uma compreensão decolonial é viabilizar processos de notoriedade para aqueles(as) que historicamente tiveram suas vivências reprimidas e silenciadas (MIGNOLO, 2010, p. 14). O relato abaixo vai ao encontro dessa visão:

O lugar de memória é também um direito nosso. A memória do nosso povo é um Direito Humano que deve ser considerado. Por quê que os nomes das ruas são sempre de homens brancos e ricos? Na maioria das cidades as ruas recebem nomes de pessoas que têm maior poder aquisitivo. Por exemplo, hoje em Quixadá morreram duas pessoas, por que só duas foram lembradas? E as outras vidas? Será que aquele tem mais Direitos Humanos do que o outro? Por que a vida dele importa mais e a do outro menos? É preciso questionar sempre essas questões (Estudante, mulher quilombola).

Assim, apontamos a necessidade de uma decolonização que perpassa tanto o saber - as formas de fazer/conceber o conhecimento, como o ser - os modos de vida e os nossos processos de subjetivação (MIGNOLO, 2010). Apesar de ser uma instituição atravessada pela colonialidade, também entendemos que a [universidade em estudo] é um espaço singular de produção de conhecimento questionador dessas estruturas coloniais, fomentando trajetórias disruptivas de estudantes indígenas e quilombolas, conforme trazem os relatos a seguir:

Fora isso, o projeto [da universidade em estudo] é bastante libertador, principalmente com o papel dos educadores e com seu currículo que propõe uma educação libertadora e transgressora, como dizia Bell Hooks. Quando paramos e analisamos os contextos, desenvolvemos consciência. Por exemplo, eu sou uma de comunidade quilombola e só tinha vivência aqui. Ao ir para a [universidade em estudo] eu tive vivência com outros grupos, com estudantes indígenas, com estudantes africanos de diversas nacionalidades, o que acaba formando uma rede em que trocamos experiências. As vivências e as experiências [da universidade em estudo] são bastante válidas. O currículo é maravilhoso, não tenho nada a falar (Estudante, homem indígena).

Educação é o caminho. Sou muito feliz por estudar na UNILAB. A UNILAB sempre terá um cantinho no meu coração, pois é uma universidade que muito me ajudou no fortalecimento da minha identidade e fortalece não só a Ana Eugenia, mas todo o movimento quilombola do Estado do Ceará. Eu acredito muito que a educação é uma das estratégias, uma vez que ao ocupar o espaço da universidade você volta para o seu território e ocupa outros espaços (Estudante, mulher quilombola).

Os(as) estudantes apontam também caminhos para descolonização do ambiente acadêmico, não admitindo mais retrocessos e perdas. Há a compreensão da importância das ações afirmativas como estratégias de reparação das desigualdades históricas de acesso ao Ensino Superior e abertura de oportunidades para as populações historicamente excluídas desse espaço (BERNADINO-COSTA, 2002). Apesar de as políticas afirmativas serem reconhecidas por seu caráter pontual e temporário (JACCOUD; BEGHIN, 2002), os estudantes trazem a importância da sua permanência, ainda mais porque o edital para as populações indígenas e quilombolas havia sido extinto. Nos relatos a seguir pode ser visto um pouco disso:

Continuidade do edital para quilombolas e indígenas, continuar proporcionando a integração entre os países da CPLP. A UNILAB deve fortalecer cada vez mais o vínculo entre as escolas, comunidade e universidade. Eu fico pensando no que os estudantes da UNILAB geram e provocam nas escolas do Maciço de Baturité. Agora eu fui chamada para uma roda de conversa. Não que eu nunca tenha sido chamada para uma roda de conversa para falar sobre o meu contexto, mas agora eu fui chamada e aceitei, o que é o grande diferencial (Estudante, mulher quilombola).

Agora estamos lutando não para ter um edital específico, mas um programa na UNILAB. Espero que antes de terminar a pesquisa seja aprovado e que nossos direitos, da população indígena, dos povos de terreiros, ciganos e da população trans sejam garantidos (Estudante, mulher indígena).

Assim, analisando essas reivindicações a partir de uma mobilização coletiva dos(as) estudantes indígenas e quilombolas, bem como de outras populações historicamente afetadas pela colonialidade, foi implementado o novo Programa de Ações Afirmativas da UNILAB. Os povos indígenas apontam que para enfrentar o poder colonial é necessário se organizar em uma luta coletiva e organizada, criando estratégias que possam não estar submetidas a uma ordem institucional do Estado e, conseqüentemente, da colonialidade (MUNDURUKU, 2012). Esse novo programa contempla estudantes indígenas e quilombolas, mas também assegura reserva de vagas de cota para povos e comunidades tradicionais, pessoas transexuais, ciganos(as), refugiados(as), jovens egressos de medidas socioeducativas e do sistema penal.

Considerações finais

A ocupação de estudantes indígenas e quilombolas torna-se extremamente necessária para decolonizar a Educação Superior no Brasil. Esse processo já se iniciou com a política de cotas raciais e sociais, mas percebemos que, ainda, precisamos avançar, e muito, nas ações afirmativas com a entrada mais significativa de estudantes indígenas e quilombolas.

Além disso, as trajetórias de luta e de resistência dos nossos povos têm origem no próprio sistema colonial que criou as hierarquias, as desigualdades e as violências contra nossas nações e, por isso temos combatido a colonialidade de forma diária em nossos territórios. Pensávamos que teríamos paz na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, mas encontramos um espaço de disputa complexo, com silenciamentos, opressões e possibilidades de avançar. Desse modo, consideramos que tanto o ingresso como a permanência de estudantes indígenas e quilombolas em instituições de Ensino Superior são práticas constantes de resistência e enfrentamento à lógica colonial-moderna.

Enquanto finalizávamos a escrita do nosso artigo, soubemos que a Política de Notório Saber dos povos tradicionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira foi suspensa por uma reitoria alinhada com um projeto de extinção de nossos conhecimentos. Apesar deles e dessa lógica colonial, continuamos existindo e lutando para uma verdadeira ocupação da universidade, com nossa cultura, nossas tecnologias ancestrais desenvolvidas pelos nossos mais velhos e mais velhas e pela construção de conhecimentos verdadeiramente localizados em nossos territórios.

Assim, entendemos que somos ferramentas de dismantelamento da colonialidade com nossos corpos, vozes, ritos, crenças e, principalmente, com a história e o conhecimento dos nossos povos. E é exatamente por isso, e por tantas outras pautas, que ressaltamos a importância da nossa ocupação nas universidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. C. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- AKOTIRENE, C. **O que é Interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2018.
- ARRUTI, J. M. Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006. Resenha de: MELLO, M. M. Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola. **Mana**, v. 2, n. 15, p. 585-588, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-93132009000200010>>. Acesso em: 3 abr. 2022.
- ASSIS, W. F. T. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, 2014.
- ATALLAH, D. G.; DUTTA, U. “Creatively in Coalition” from Palestine to India: Weaving stories of refusal and community as decolonial praxis. **Journal of Social Issues**, v. 78, p. 1-18, 2021.
- ATALLAH, D. G. Reflections on radical love and rebellion: Towards decolonial solidarity in community psychology praxis. In: KESSI S.; SUFFLA S.; SEEDAT M. **Decolonial Enactments in Community Psychology**. Community Psychology. Cham: Springer, 2022. p. 101-123.
- BANDEIRA, L.; BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões da violência. **Estudos feministas**, n. 10, p. 119-141, 2002.
- BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Editora Plano, 2002.
- BELL, D. A pedagogical response to decoloniality: decolonial atmospheres and rising subjectivity. **American Journal of Community Psychology**, n. 62, p. 250-260, 2018.
- BERNARDINO-COSTA, J. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, p. 247-273, 2002.
- BRIGHENTI, C. A. O movimento indígena no Brasil. In: WITTMANN, L. T. (Org.). **Ensino de história indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- CASHMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2000.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Decolonizar la Universidad: La hybris del punto cero y el dialogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. **El giro decolonial: reflexiones para una verdad epistemica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del hombre Editores, 2007.
- CASTRO, R. D.; MAYORGA, C. Decolonialidade e pesquisas narrativas: Contribuições para a Psicologia Comunitária. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 3, p. 1-18, 2019.

- CROSBY, A.; LYKES, M. B.; CAXAJ, B. Carrying a heavy load: mayan women's understandings of reparation in the aftermath of genocide. **Journal of Genocide Research**, v. 2-3, n. 18, p. 265-283, 2016.
- CROSBY, A.; LYKES, B. **Beyond repair?** Mayan women's protagonism in the aftermath of genocidal harm. New Brunswick: Rutgers University Press, 2019.
- DOEBBER, M. B. **Reconhecer-se diferente é a condição de entrada, tornar-se igual é a estratégia de permanência:** das práticas institucionais à constituição de estudantes cotistas negros na UFRGS. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- DUTTA, U. Creating inclusive identity narratives through participatory action research. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, v. 6, n. 27, p. 476-488, 2017.
- DUTTA, U.; AZAD, A. K.; HUSSAIN, S. M. Counterstorytelling as epistemic justice: decolonial community-based praxis from the global south. **American Journal of Community Psychology**, v. 69, p. 59-70, 2021.
- FALS BORDA, O. Romper el monopolio del conocimiento. In: HERRERA FARFÁN, N. A. H.; GUSMAN, L. L. (Org.). **Compromiso y cambio social**. Textos de Orlando Fals Borda. Buenos Aires: El Colectivo Lanzas, 2013. p. 253-263.
- FLEURY-TEIXEIRA, E.; MENEGHEL, S. N. (Org.). **Dicionário Feminino da Infância:** acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.
- FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras**, v. 1, n. 10, p. 41-62, 2008.
- GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos:** uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.
- GROSFUGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 1, n. 31, p. 25-49, 2016.
- GRZANKA, P. R. Intersectionality and feminist psychology: Power, knowledge, and process. In: TRAVIS, C. B.; WHITE, J. W. (Ed.). **Handbook of the psychology of women**. Washington, DC: American Psychological Association, 2018. p. 585-602.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informações Demográficas e Socioeconômicas. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 03 abr. 2022.
- JACCOUD, L.; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil:** um balanço da intervenção governamental. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2002.
- MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, 2018.
- MAGALHÃES, C. **Reflexões sobre Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2001.
- MARTÍNEZ, C. Los chiquitanos en Mato Grosso: etnogénesis, políticas indigenistas y

- discurso acadêmico. **Mana**, v. 3, n. 27, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/k5CwvpXyKDP6RYqsvM3Lt6C/>>. Acesso em: 3 abr. 2022.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2018.
- _____. **Desobediência epistêmica**. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 94, n. 32, p. 1-18, 2017.
- MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. E. **On decoloniality: concepts, analytics, praxis**. Durham: Duke University Press, 2018.
- MORAES, E. L. Interseccionalidade: um estudo sobre a resistência das mulheres negras à opressão de gênero, de raça e de classe. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 36, n. 1, p. 261-276, 2020.
- MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.
- NASCIMENTO, B. (Org.). Introdução ao conceito de Quilombo (1987). In: NASCIMENTO, B. **Intelectual e quilombola: possibilidade nos dias de destruição**. União dos coletivos Pan-Africanistas. São Paulo: Filhos da África, 2018. p. 41-49.
- PITOMBEIRA, D. F. et al. Reflexões Decoloniais sobre as Relações entre Pobreza e Racismo no Contexto Brasileiro. **Capoeira – Revista de Humanidades e Letras**, v. 5, n. 2, p. 197-215. 2019.
- PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de desenvolvimento humano: Brasil 2005 – racismo, pobreza e violência**. Brasília, 2005.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-130.
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, v. 3, n. 19, p. 723-747, 2014.
- SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 97-118.
- SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. **Psicologia USP**, v. 2, n. 17, p. 11-41, 2006.
- SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SILVEIRA, T. E. S. **Identidades (in)visíveis: indígenas em contexto urbano e o ensino de história na região metropolitana do Rio de Janeiro**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TUCK, E.; YANG, K. W. Decolonization is not a metaphor. **Decolonization: Indigeneity, Education & Society**, v. 1, p. 1-40, 2012.
- WALSH, C. Introducción, Lo Pedagógico y Lo Decolonial: Entretejiendo caminos. In: WALSH, C. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir**. Serie Pensamiento Decolonial. Equador: Editora Abya-Yala, 2017. p. 23-68.

RESUMO

As ações afirmativas modificaram a estrutura do Ensino Superior Brasileiro, promovendo o acesso de populações historicamente privadas desse espaço. Neste artigo, objetivamos analisar as experiências de estudantes indígenas e quilombolas cotistas de graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Os(as) participantes desta pesquisa também colaboram como autores e autoras, sendo quatro estudantes indígenas e quatro estudantes quilombolas com paridade de gênero. Ressalta-se que os(as) estudantes participaram de rodas de conversas sobre suas experiências e os desafios de ingressar e permanecer no Ensino Superior. Foi identificado que os editais específicos de ações afirmativas são importantes formas de acesso. Porém, ainda se observa que estudantes e professores da universidade em estudo reproduzem preconceitos e práticas de discriminação contra indígenas e quilombolas. Apesar dessas lógicas, os estudantes cotistas resistem a essas práticas, apontando a importância de ocupar a universidade com suas trajetórias de luta, seus corpos e suas vozes de resistência.

Palavras-chave: indígena, quilombola, ação afirmativa, decolonialidade.

Ocupación decolonial de estudiantes indígenas y quilombolas en la acción afirmativa de la Universidad de Integración Internacional Afrobrasileña Lusofonía/Ceará

RESUMEN

La acción afirmativa ha cambiado la estructura de la Educación Superior brasileña, promoviendo el acceso de poblaciones históricamente privadas de este espacio. En este artículo, nos proponemos analizar las experiencias de estudiantes indígenas y quilombolas que son titulares de cupos de pregrado en la Universidad de la Integración Internacional de la Lusofonía Afrobrasileña. Los participantes de esta investigación también colaboran como autores, siendo cuatro estudiantes indígenas y cuatro quilombolas con paridad de género. Se destaca que los estudiantes participaron en conversaciones sobre sus experiencias y los desafíos de ingresar y permanecer en la Educación Superior. Se determinó que los edictos específicos de la discriminación positiva son formas importantes de acceso. Sin embargo, aún se observa que alumnos y profesores de la universidad en estudio reproducen prejuicios y prácticas de discriminación contra indígenas y quilombolas. A pesar de estas lógicas, los estudiantes de cuota se resisten a estas prácticas, señalando la importancia de ocupar la universidad con sus trayectorias de lucha, sus cuerpos y sus voces de resistencia.

Palabras clave: indígena, quilombola, acción afirmativa, decolonialidad.

Decolonial occupation by indigenous and quilombola students in affirmative action at the University for International Integration of Afro-Brazilian Lusophony/Ceará

ABSTRACT

Affirmative action has changed the structure of Brazilian Higher Education, promoting the access of populations historically deprived of this space. In this article, we aim to analyze the experiences of indigenous and quilombola students who are undergraduate quota holders at the Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. The participants of this research also collaborate as authors, being four indigenous and four quilombola students with gender parity. It is noteworthy that the students participated in conversations about their experiences and the challenges of entering and remaining in Higher Education. It was identified that the specific edicts of affirmative action are important forms of access. However, it is still observed that students and professors of the university under study reproduce prejudices and discriminatory practices against indigenous people and quilombolas. Despite these logics, the quota students resist these practices, pointing out the importance of occupying the university with their struggle trajectories, their bodies, and their voices of resistance.

Keywords: indigenous, quilombola, affirmative action, decoloniality.

DATA DE RECEBIMENTO: 16/07/2022

DATA DE APROVAÇÃO: 08/12/2022



Antonio Ailton de Sousa Lima

Homem negro, sociólogo pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil, mestre e doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Membro e pesquisador da Rede de Estudos e Afrontamentos às Pobrezas, Discriminações e Resistências.

E-mail: ailtonlimah12@gmail.com



Francisco Gleidison Cordeiro Lima

Indígena Karã Jaguaribaras de Aratuba, Ceará, Brasil, estudante de Antropologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil e do Mestrado em História da Universidade Estadual do Ceará.

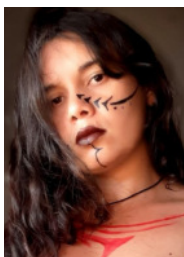
E-mail: gleidisonkarao@gmail.com



Gabriela Silvestre de Castro

Indígena da Aldeia Tremembé da Barra de Mundaú em Itapipoca, Ceará, Nordeste do Brasil, estudante de Antropologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil.

E-mail: castrogabriela20192@gmail.com



Merremii Karã Jaguaribaras

Indígena, agricultora, ambientalista, artista visual e graduanda em Serviço Social pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil.

E-mail: merremiikarao02@gmail.com



Davi Jerry Alves Melo

Homem negro quilombola, cotista, antirracista, graduando em licenciatura em História pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil. Ex-bolsista de monitoria do programa PULSAR (UNILAB).

E-mail: davimelo89914017@gmail.com



José Freires Nascimento Neto

Quilombola do Cumbe/Aracati, filho de pescador, graduando em História pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Pesquisador sobre agravos da saúde mental em territórios indígenas e quilombolas.

E-mail: zfreiresneto@gmail.com



Ana Maria Eugenio da Silva

Mulher negra quilombola, mãe solo, cotista, feminista, antirracista, militante do movimento quilombola do Ceará e dançadeira de São Gonçalo do Quilombo do Sítio Veiga, Quixadá, Ceará, Brasil. Mestre Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil. Graduada em Antropologia pela UNILAB. Doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.

E-mail: anaeugenio.v@gmail.com



Francisca Marleide Nascimento

Preta, quilombola, cotista, pedagoga, mestranda, presidenta do Conselho de Igualdade Racial de Horizonte (COMPIRH), Brasil, e gestora da escola quilombola Olímpio Nogueira Lopes.

E-mail: marleidenascimento25@gmail.com



Lauriane de Castro Nascimento

Indígena da Aldeia Indígena Tremembé da Barra de Mundaú, artista, agricultora, estudante de Agronomia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

E-mail: laurianetremembe@gmail.com



James Ferreira Moura Júnior

Branco, ativista de direitos humanos dos povos indígenas e quilombolas, coordenador da Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (rea-PODERE), Professor PQ CNPQ, Professor da UNILAB e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil.

E-mail: james.mourajr@unilab.edu.br